

Nações Unidas
Conselho Econômico e Social

Nona conferência de Padronização dos Nomes Geográficos das Nações Unidas

Nova York 21, 30 de Agosto de 2007

Item 17 da agenda provisória*

Educação e prática toponímica e cooperação internacional:

Cooperação com organizações internacionais

Cooperação Toponímica: Canadá e Brasil
Submetido pelo Canadá**

*E/CONF. 98/1

**Preparado por David Carney, WaterMark Indústria Inc., Canadá, e Helen Kerfoot, Recursos Naturais do Canadá, Canadá

Cooperação Toponímica: Canadá e Brasil

Para auxiliar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu trabalho de padronização de nomes geográficos, algumas atividades específicas foram realizadas em regime de cooperação com o Canadá no começo de 2007 para atender a tradução, design e publicação de documentos relativos à toponímia em Língua Portuguesa. Estes materiais foram produzidos em tempo de serem usados durante os cinco dias de cursos de instrução internos no IBGE, no Rio de Janeiro, em Março de 2007. Este treinamento foi especialmente desenvolvido para supervisores e outros trabalhadores de campo envolvidos no próximo período de coleta de nomes geográficos em campo.

Os documentos foram produzidos como parte do Projeto da Infra-estrutura Geoespacial Nacional, um projeto de cooperação internacional coordenado pelo IBGE e a Universidade de New Brunswick no Canadá. O mesmo é patrocinado pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional através de um acordo internacional com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Projeto da Infra-estrutura Geoespacial Nacional

O projeto tem o objetivo de contribuir para uma maior igualdade no Brasil através de uma moderna infra-estrutura geoespacial nacional que será a base para um futuro avanço na reforma agrária, gerência ambiental e o desenvolvimento de recursos naturais. Os impactos causados pela adoção da nova infra-estrutura geoespacial nacional são muitos e incluem questões técnicas que afetam as agências governamentais e empresas privadas, e também impactos sociais relativos a direitos do indivíduo sobre a terra e a informações a ela relacionadas, bem como melhorias no gerenciamento ambiental, na igualdade entre os gênero e nos direitos de povos indígenas, no acesso à informação para todos os cidadãos, no aperfeiçoamento de serviços e no governo.

O principal objetivo técnico do projeto é dar suporte ao Brasil em seus esforços para a adoção nacional do sistema geocêntrico coordenado (SIRGAS2000) compatível com modernas tecnologias de satélite, tais como o Sistema de Posicionamento Global (GPS). Tão importantes quanto os aspectos técnicos deste Projeto é o impacto significativo desta alteração nos mapas e nos bancos de dados geográficos em qualquer escala e seu reflexo nos esforços relacionados à reforma agrária, aos povos indígenas, ao meio ambiente e a serviços utilitários, tais como água, gás, eletricidade e telecomunicações. Os mapas que representam questões ambientais precisam ser consistentes, para evitar litígios relativos a questões baseadas em informações divergentes, constantes de informações geográficas inconsistentes. De uma forma geral, este projeto tem o objetivo de ajudar na solução de todos esses tipos de litígios entre várias agências através de informações geográficas sistemáticas, incluindo nomes geográficos, que sejam precisas, consistentes e acessíveis.

Impacto no Meio Ambiente

O Projeto inclui um projeto menor, de demonstração, em uma unidade de conservação ambiental na Mata Atlântica, um ecossistema rico em plantas e animais, que outrora cobriu 800,000 milhas quadradas do litoral brasileiro. Agora somente cerca de sete percento da Mata original permanece. 171 espécies estão ameaçadas de extinção, e os conservacionistas dizem que a sobrevivência do ecossistema é improvável.

O projeto de demonstração envolve novo mapeamento de área com ênfase nas espécies e na vegetação ameaçadas e a coleta de dados de nomes geográficos.

IBGE está pronto para desenvolver e promover padrões apropriados para a coleta, registro e autorização dos nomes geográficos, para seguir normas de procedimento e filosofias internacionais como expressadas através de resoluções e documentos das Conferências das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos, e para adaptar à realidade brasileira e aplicar práticas consagradas usadas em outros países. Novas especificações de mapas estão sendo desenvolvidas para assegurar que a representação da vegetação nos novos mapas estejam de acordo tanto com os padrões ambientais quanto cartográficos. De acordo com o planejamento, serão iniciados os primeiros levantamentos em campo relativos aos nomes geográficos e à classificação de vegetação.

Nomes Geográficos

Em março de 2007, o IBGE ofereceu um breve curso sobre nomes geográficos para seu quadro de funcionários, que foi freqüentado por mais de 25 pessoas provenientes de todo território brasileiro. Uma vez que o Projeto Geoespacial Nacional envolve a coleta de nomes indígenas, foi feito um acordo para dar suporte à produção (tradução, design e impressão) dos seguintes documentos em português para auxiliar o treinamento:

- A apostila “Uso Consistente de Nomes de Lugares” do UNGEGN (2001) traduzido como “*Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos*” – 500 cópias.
- Os princípios e procedimentos para denominação geográfica do Canadá (2001) traduzido como “*Princípios e procedimentos para a nomeação geográfica*” – 200 cópias.
- Guia canadense de coleta em campo de nomes indígenas (1992) traduzido como “*Guia de coleta de campo de nomes nativos*” – 50 cópias.

Além disto, o *Manual for the National Standardization of Geographical Names* do UNGEGN, traduzido pelo IBGE como Manual de Padronização dos Nomes Geográficos, foi fotocopiado para uso na instrução – 50 cópias. Após o recebimento das autorizações das Nações Unidas, será feita a publicação formal.

Cabe ressaltar que este trabalho não poderia ter sido realizado sem o trabalho minucioso e incansável dos tradutores Ana Maria Goulart Bustamante, do IBGE, Mauro Villar, do Instituto Antônio Houaiss no Rio de Janeiro, e os desenhos criativos de Marguerite Trindade de Ottawa.

Pense no Futuro

Espera-se que, no futuro, o IBGE use estes materiais para auxiliar na criação de seus próprios manuais, atendendo sua necessidade nacional específica. Embora estes documentos sejam inicialmente usados no Brasil para a proposta de padronização de nomes geográficos, espera-se que nos próximos meses eles também estejam disponíveis (na internet ou em cópia impressa) para ajudar nas atividades relativas a nomes geográficos em outros países falantes do português. Além disto, o Projeto da Infra-estrutura Geoespacial Nacional patrocinado pela CIDA/ABC continuará a trabalhar com o IBGE em direção ao desenvolvimento de um programa nacional continuado de nomes geográficos.